



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**

Secretaria do Planejamento e Gestão
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará IPECE

ATA 15ª REUNIÃO MENSAL DO COMITÊ PforR

Data: 27/04/2015 **Início:** 14:30 **Duração:** 1:00 **Término:** 16:00 **Local:** Auditório Maciços SEPLAG

Quadro de Presença			
ÓRGÃO	NOME	FUNÇÃO	PRESENTES
COORDENAÇÃO PforR	Ana Cristina Medeiros	Coordenadora UGP PforR	PRESENTE
	Laura Carolina Gonçalves	Técnica de Monitoramento e Controle	PRESENTE
	Fabiana Silva de Castro	Técnica Suporte Operacional e Logístico	PRESENTE
	Heloísa Simone Silva Cunha	Técnica de Gerenciamento Financeiro	PRESENTE
	Giuseppe Furtado Nogueira	Consultor Individual	PRESENTE
	Viviane Ramos da Costa	Consultor Individual	PRESENTE
ADECE	A definir	Titular	AUSENTE
	Cecy de Castro	Suplente	PRESENTE
	Ana Cláudia Mota	Representante	PRESENTE
	Evandro Batista	Representante	PRESENTE
ARCE	Alexandre Caetano da Silva	Titular	PRESENTE
	A definir	Suplente	AUSENTE
CAGECE	A definir	Titular	AUSENTE
	Carlos Rossas Mota Filho	Suplente	PRESENTE
CGE	Paulo Roberto de Carvalho Nunes	Titular	PRESENTE
	Antônio Marconi Lemos da Silva	Suplente	AUSENTE
	Denise Andrade Araújo	Representante	PRESENTE
	Anastácia Santos	Representante	PRESENTE
CIDADES	Danielle Ferreira de Araújo	Titular	PRESENTE
	Raimundo Abreu de Oliveira	Suplente	AUSENTE
COGERH	Ubirajara Patrício Álvares da Silva	Titular	AUSENTE
	Denilson Marcelino Fidelis	Suplente	PRESENTE
	Sarah Furtado	Suplente	AUSENTE
FUNCEME	Francisco Hoilton Araripe Rios	Titular	PRESENTE
	Meiry Sayuri Sakamoto	Suplente	PRESENTE
IPECE	Victor Hugo	Titular	PRESENTE
	Nicolino Trompieri	Suplente	PRESENTE
	Jimmy Oliveira	Suplente	AUSENTE
PGE	Antônia Tânia Trajano Bezerra	Titular	AUSENTE
	Mary Ane Vale Ferreira	Suplente	PRESENTE
SDE / CEDE	A definir	Titular	AUSENTE
	A definir	Suplente	AUSENTE
	Inês Studart	Representante	PRESENTE
	Artemilda Luna	Representante	PRESENTE
	Fernando Barreto da Costa	Representante	PRESENTE
SECITECE	A definir	Titular	AUSENTE
	A definir	Suplente	AUSENTE
	Tarcísio H. Vasconcelos	Suplente	PRESENTE
SEDUC	Henrique César Martins Gomes	Titular	AUSENTE
	Andréa Araújo Rocha Nibon	Suplente	AUSENTE
	Marta Emília Silva Vieira	Suplente	AUSENTE
	Maria Celena Skeff M. de Oliveira	Representante	PRESENTE
	Joízia Lima	Representante	PRESENTE
	Dária Belem Moraes	Representante	PRESENTE
SEMA / CONPAM	Maria Dias Cavalcante	Titular	AUSENTE
	Viviane Gomes Monte	Suplente	AUSENTE
	Fabiola Alves Martins	Representante	PRESENTE
	Francisco Leone Cavalcante	Representante	PRESENTE
	Nelci Gadelha de Almeida	Representante	PRESENTE
SEMACE	Tiago Bessa Aragão	Titular	AUSENTE
	José Maurício Mendes Giffoni	Suplente	AUSENTE
	Carolina Braga Dias	Representante	AUSENTE
SEPLAG	Francisco Aduino Oliveira	Titular	PRESENTE
	Avilton Júnior	Suplente	AUSENTE
	Naiana Corrêa Lima	Suplente	AUSENTE
	Lara Costa	Representante	PRESENTE
	Bruno Braga	Representante	PRESENTE
SESA	Vera Maria Câmara Coelho	Titular	AUSENTE
	Ana Márcia Rodrigues	Suplente	PRESENTE

ÓRGÃO	NOME	FUNÇÃO	PRESENTES
SRH	A definir	Titular	AUSENTE
	Paulo Miranda Pereira	Suplente	AUSENTE
	Sérgio Moreira Câmara	Suplente	PRESENTE
	Paula Cunha	Representante	PRESENTE
STDS	Sebastião Lopes	Titular	PRESENTE
	Mary Anne Libório P. Ribeiro	Suplente	AUSENTE
	Rosilane Ribeiro	Suplente	AUSENTE
TCE	Giovanna Augusta Moura Adjafre	Titular	AUSENTE
	José Auriço Oliveira	Suplente	AUSENTE

INTRODUÇÃO

Às 14h30min, no Auditório Inhamuns da SEPLAG, Cristina Medeiros (IPECE) iniciou a reunião.

Seguiu-se com a apresentação em *Power Point*¹ cuja pauta está apresentada abaixo:

Cristina Medeiros – IPECE mostrou a sugestão de pauta (abaixo) e informou que a reunião começaria com a apresentação de todos e depois passaria para a Apresentação do Auditor dos Indicadores e a Metodologia de Auditoria. Em virtude das solicitações do Marcelo Barbosa (Auditor) e da SEMA, a ordem a pauta foi alterada. Lembrou que todo o detalhamento está na apresentação que será disponibilizada no site do IPECE.

1. Abertura e apresentação dos participantes
2. Apresentação do Auditor dos Indicadores e a Metodologia de Auditoria
3. Resultado da Missão de Supervisão do Banco Mundial
4. Posição Mar/2015 dos Programas, Indicadores, Assistência Técnica e Plano de Ação
 - ✓ Sumário da Posição dos Indicadores com metas para o primeiro semestre de 2015 - Laura Gonçalves;
 - ✓ Plano de Ação Mitigação Riscos Sócio Ambiental - Laura Gonçalves;
 - ✓ Sumário da Posição da execução Orçamentária dos Programas do Escopo do PforR de 2015 - Heloísa Cunha;
 - ✓ Sumário da Posição da realização dos Projetos de Assistência Técnica - Viviane Costa;
 - ✓ Principais pontos de atenção nos Processos de Licitação - Giuseppe Nogueira.
5. Aprovação da Ata da 14ª Reunião (26/03/15)
6. Encaminhamentos
7. Encerramento

I. ABERTURA E APRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES

Todos os participantes se apresentaram, conforme quadro de presença.

II. APRESENTAÇÃO DO AUDITOR DOS INDICADORES E A METODOLOGIA DE AUDITORIA

Cristina Medeiros – IPECE informou que foi prometido para o Comitê há uns meses que a metodologia da auditoria dos indicadores seria apresentada. Ressaltou que o relatório contempla o primeiro semestre de 2014 e que fora feita a auditoria de três indicadores primários. Explicou que, como uma boa prática, o Marcelo Barbosa (Auditor) foi apresentado

¹ Vide apresentação no link: http://www2.ipece.ce.gov.br/pforr/comite/Apresentacao_Reuniao_Comite_PforR_27_04_15.pdf

para as setoriais auditadas. O relatório foi discutido com as setoriais e depois foi apresentado ao Banco Mundial, junto aos gestores, durante a Missão.

Cristina Medeiros – IPECE esclareceu que os recursos provenientes dos indicadores auditados foram adiantados no ano passado a pedido do Ex-governador Cid Gomes e o relatório veio validar que os indicadores foram cumpridos. O relatório que contemplará o segundo semestre de 2014 passará pelo mesmo processo, ou seja, os recursos também já foram antecipados e o relatório validará que os indicadores foram cumpridos. Para os indicadores auditados em 2015, o relatório vai condicionar a liberação dos recursos pelo Banco Mundial.

Cristina Medeiros – IPECE passou a palavra para Marcelo Barbosa que iniciou sua apresentação, disponível no link: http://www2.ipece.ce.gov.br/pforr/comite/Apresentacao_Relatorio_Auditoria_Marcelo_Barbosa.pdf

Marcelo Barbosa – Auditor agradeceu à Cristina Medeiros (IPECE) e se apresentou ao Comitê como Consultor contratado pela CGE, pelo Governo do Estado dentro do âmbito do *PforR* pra fazer a Auditoria Técnica de Indicadores. Explicou que isso é uma figura nova nos programas do Governo do Estado junto ao Banco Mundial, pelo menos para o estado do Ceará. Explicou também que os indicadores de desembolso, nas experiências do Banco, servem para dar mais liberdade nas ações do Governo do Estado, mas o Banco precisa também dos seus próprios mecanismos de governança e essa contratação vem um pouco dessa direção.

Marcelo Barbosa – Auditor informou que serão apresentados alguns aspectos metodológicos dos indicadores e o relatório.

Marcelo Barbosa – Auditor apresentou os objetivos:

- ✓ Verificar o cumprimento das metas/valores-alvo estabelecidos no Programa: inclui verificar as informações que fazem os indicadores, ou seja, os números, quando o indicador é quantitativo ou informações quando o indicador é qualitativo. Os números e/ou informações são verificados e analisados para saber se a meta de fato foi cumprida ou não. Informou que tem acesso aos bancos de dados, aos microdados dos indicadores quantitativos e refaz os cálculos para verificar se estão corretos;
- ✓ Examinar se as entregas relativas ao indicador estão sendo realizadas da forma prevista e;
- ✓ Verificar a qualidade das informações e identificar possíveis problemas envolvendo os indicadores, ou seja, se os indicadores estão bem formulados, se o cálculo está baseado em informações confiáveis entre outros.

Marcelo Barbosa – Auditor apresentou a metodologia:

- ✓ Análise de dados, documentos, entrevista com os responsáveis pelos programas ou projetos envolvidos naquele indicador e demais informações referentes aos indicadores. Ressaltou que cada indicador tem uma natureza e diz respeito a um programa diferente, exigindo uma abordagem diferente;
- ✓ Esclarecimentos adicionais junto às equipes executoras dos programas/projetos relacionados aos indicadores;

- ✓ observação: os procedimentos utilizados dependem da natureza e das fontes de verificação de cada indicador.

Marcelo Barbosa – Auditor apresentou os elementos mínimos considerados na Auditoria dos DLI's que são: nome do órgão, metas, ações básicas e o período de cumprimento. Ressaltou que, obviamente, não é preciso se limitar a esses elementos e se no decorrer das atividades tiver a capacidade de trazer mais informações que contribuam para o programa, elas serão acrescentadas, conforme ocorreu no relatório de 2014.1

Marcelo Barbosa – Auditor apresentou os doze indicadores que serão auditados durante o projeto e seus respectivos elementos mínimos considerados. Ressaltou que suas análises são baseadas nos protocolos.

Marcelo Barbosa – Auditor ressaltou que o DLI 4 da STDS “*Percentual de famílias com crianças de 0-5 inscritas no Cadastro Único localizadas nos municípios alvo que estejam recebendo apoio familiar através CRAS*” é especialmente interessante pelo assunto e por ser também um indicador quantitativo dando mais margem para o trabalho. Esse indicador fornecerá um banco de dados das ações, dos beneficiários e isso vai permitir recalcular os indicadores, validar e trazer, inclusive, algumas estatísticas.

Marcelo Barbosa – Auditor deu ênfase ao DLI 6 da SEPLAG “*Porcentagem de projetos de assistência familiar financiados pelo FECOP que tenham matrizes lógicas implementadas*” porque se trata de uma metodologia de marco lógico. Informou que a SEPLAG possui cem projetos no FECOP que não têm o desenho lógico, mas a meta, no decorrer dos próximos anos, é ter isso concretizado. Ressaltou que o protocolo prevê um conjunto de elementos que as matrizes precisam englobar.

Marcelo Barbosa – Auditor explicou que o DLI 8 da CAGECE “*Porcentagem de domicílios com conexão adequada ao sistema de esgoto*” envolve uma base de dados muito rica sendo possível, além de calcular o valor da meta para os municípios das bacias previstas no programa, permitir fazer análises que acabam sendo bem interessantes. Informou que vai tentar a medida do possível, trazer alguns elementos que possam vir a subsidiar, inclusive algumas ações.

Marcelo Barbosa – Auditor informou que o DLI 9 “*Índice da qualidade da fiscalização ambiental*” é um indicador sintético da SEMA e envolve a COGERH, a SEMACE e a própria SEMA. Explicou que é um indicador sintético, pois o índice é calculado em cima de um conjunto de variáveis. Informou também que o indicador se mostrou um tanto complexo porque envolve diferentes dimensões da ação pública e a sua análise foi bem ampla.

Marcelo Barbosa – Auditor informou que o DLI 10 da FUNCEME “*Implementação do monitoramento participativo da qualidade da água*” possui uma pequena diferença entre o protocolo do indicador e o PAD. Ressaltou que a diferença é sutil, mas é muito importante e será necessária uma discussão para saber qual dos dois será válido.

Marcelo Barbosa – Auditor informou que para o relatório de 2014.1, foram analisados três indicadores:

- ✓ DLI 1: Aprovação da estratégia de capacitação profissional, preparação do plano de ação e implementação das ações selecionadas sob o plano de ação

- ✓ DLI 8: Porcentagem de domicílios com conexão adequada ao sistema de esgoto
- ✓ DLI 9: Índice de Qualidade da Fiscalização Ambiental

Marcelo Barbosa – Auditor informou que o indicador mais complexo é o “*Índice de Qualidade da Fiscalização Ambiental*”, pois foi criado pelos órgãos envolvidos e possui três componentes, ou dimensões, a saber: fiscalização, monitoramento e educação ambiental. Explicou que o cálculo da dimensão ‘educação ambiental’ é relativamente simples, pois é medido pelo número de certificações de membros do Comitê e comissão gestora do programa relacionado ao monitoramento da água sobre o número total de certificações em educação ambiental previsto. Então a SEMA tem uma previsão de treinamento, de pessoas certificadas e assumiu metas junto ao Banco Mundial para atingir esse número total de certificações previstas.

Marcelo Barbosa – Auditor explicou que a dimensão ‘monitoramento’ também é bastante simples, pois a COGERH tem um projeto de monitoramento de águas por telemetria dos reservatórios da bacia metropolitana. Informou que o cálculo é o volume de água de reservatórios monitorados por telemetria sobre o volume total de água dos reservatórios e aqui está em 100%. Ressaltou que o indicador foi pensado em 2012, mas a COGERH já vinha trabalhando no monitoramento e hoje está em 100%.

Marcelo Barbosa – Auditor ressaltou que a dimensão ‘fiscalização’ é a mais complicada por conter dois subcomponentes, dois elementos. Um está relacionado com a realização da ação de fiscalização e o outro está relacionado com a regularização de constatação de irregularidade. Informou que foram identificados, nessa dimensão, alguns problemas relacionados com informação, ou com a fonte de informação em si, como ela foi obtida, ou com a metodologia de trabalho de como tratar essas informações para trazer para dentro do índice.

Marcelo Barbosa – Auditor percebeu que a dimensão de fiscalização diz respeito as problemática da água, sendo que não há nada definido no protocolo sobre isso, sobre quais são essas problemáticas da água, como filtrar dentro das ações fiscalizatórias da SEMACE àquelas que estão de fato relacionadas com a água. Então ele passa por cima de um princípio básico em indicadores que é de ter a clareza na fonte das informações, de como a informação é gerada. Explicou que a SEMACE tem todas as informações organizadas, mas seria uma norma de governança de indicadores trazer para dentro do protocolo aqueles filtros lógicos das ações fiscalizatórias que classificam as ações.

Marcelo Barbosa – Auditor informou que outro problema identificado foi a duplicidade de informações. Explicou que o problema diz respeito ao controle manual de informações, tendo que, na medida do possível, colocar as informações dentro do sistema para evitar possibilidades de erros.

Marcelo Barbosa – Auditor explicou como foi feito o recálculo do índice com os dados de Fiscalização corrigidos e informou que chegou ao valor de 42,5%, diferente do apresentado pela SEMACE que foi de 48%.

Marcelo Barbosa – Auditor explicou a análise de sensibilidade do índice aos elementos do componente fiscalização e identificou-se que o índice é muito mais sensível ao elemento fiscalização do que ao elemento ajuste de conduta.

Marcelo Barbosa – Auditor apresentou algumas análises adicionais para mostrar o potencial de uma análise quando se tem informações quebradas. Percebe-se que a ação da bacia metropolitana representou 67% do total de fiscalizações. Isso é esperado, visto que se tem mais estrutura, mais atividade econômica, entre outros fatores. A coluna ‘irregularidade constatada’ apontou que a bacia metropolitana apresentou menos irregularidades ambientais e a Bacia do Acaraú apresentou 76% de fiscalizações irregulares. A coluna ‘irregularidade ajustada’, além de a região metropolitana apresentar menos irregularidades comparadas com as outras regiões, foi nela que ocorreram mais ajustes de condutas.

Marcelo Barbosa – Auditor apresentou o componente monitoramento no qual o trabalho de auditoria se resumiu em verificar nos sistemas da COGERH se esses monitoramentos estavam sendo realizados de fato. Se o monitoramento por telemetria está sendo feito, então nos bancos de dados da COGERH vão constar as medições nos reservatórios previstos, vão constar as medições periódicas no intervalo de 15 em 15 minutos. O sistema de monitoramento no decorrer do semestre de fato funcionou. O que ainda não está funcionando da maneira que poderia é a ação de monitoramento em si, ou seja, o que fazer com as informações, como trabalhar com essas informações para gerar insumos futuros para tomadas de decisão.

Marcelo Barbosa – Auditor informou que como sugestão para o componente monitoramento seria importante fazer um monitoramento ampliado, não só o monitoramento tecnológico, local, mas ter aquelas ações de analisar as séries de dados, produzir alguns insights, algo que possa contribuir para a gestão do programa.

Marcelo Barbosa – Auditor passou a apresentar a análise para o indicador da CAGECE “*Porcentagem de domicílios com conexão adequada ao sistema de esgoto*”.

Marcelo Barbosa – Auditor informou que após conferência verificou-se que os cálculos realizados pela CAGECE estavam corretos.

Marcelo Barbosa – Auditor informou que o indicador da CAGECE depende fundamentalmente do que acontece em Fortaleza, ou seja, Fortaleza representa 89% do total de domicílios do universo considerado, domicílios ligados ou pelo menos com ligações factíveis e 11% estão na Bacia do Salgado e Acaraú.

Marcelo Barbosa – Auditor apresentou a análise dos resultados ‘por bacias’.

Marcelo Barbosa – Auditor explicou a matriz de transição entre a situação dos domicílios antes, no *baseline* e na data de análise.

Marcelo Barbosa – Auditor passou a apresentar a análise para o indicador a SDE “*Aprovação da estratégia de capacitação profissional, preparação do plano de ação e implementação das ações selecionadas sob o plano de ação*”. Explicou que é um indicador de conferência de etapas. A primeira etapa foi estabelecer um decreto criando uma comissão. Verificou-se que o Decreto foi publicado em 16/06/2014.

Cristina Medeiros – IPECE agradeceu a participação do Marcelo Barbosa. Questionou se o Comitê teria alguma.

Ninguém se manifestou.

III. RESULTADO DA MISSÃO DE SUPERVISÃO DO BANCO MUNDIAL

Cristina Medeiros – IPECE deu um *feedback* sobre a Missão. Informou que a ajuda memória não está pronta e quando o Banco enviar para UGP, ela será encaminhada para todos.

Cristina Medeiros - IPECE informou que o Tom Kenyon, Gunars Platais e Laura Zoratto (Banco Mundial) se reuniram com o Governador no dia 10/04/2015 e o Gerente do Projeto destacou um ponto que foi identificado durante a Missão de Supervisão. Como é de conhecimento do Comitê, o *PforR* possui oitenta e nove projetos de assistências técnicas e o Banco está muito preocupado. Como o projeto encontra-se no segundo ano de implementação, o Banco solicitou, e isso foi repassado para o Governador, que o estado precisa fazer uma racionalização daqueles projetos que ainda não foram iniciados.

Cristina Medeiros – IPECE explicou que sempre lembra ao Banco Mundial que esses projetos foram propostos por quatro mãos pois o Banco sentou com cada área e propôs as assistências técnicas, mas com o decorrer da implementação do *PforR*, a quantidade de projetos foram aumentando e isso deixou o Banco preocupado. Citou como exemplo o PADIN da SEDUC, que é um projeto que foi desmembrado em mais de dez subprojetos.

Cristina Medeiros – IPECE informou também que, durante reunião do eixo de capacitação profissional, foi decidido o cancelamento de um indicador secundário e uma assistência técnica, porque se descobriu que com a criação da SDE, o Banco não vê mais a necessidade de se fazer esse diagnóstico de governança de desenvolvimento econômico do estado do Ceará. Então ficou acordado entre o Banco Mundial e o Estado que tanto o indicador quanto a assistência técnica fossem cancelados, mas ainda não foi retirado da apresentação porque se aguarda a ajuda memória do Banco Mundial.

IV. POSIÇÃO DOS PROGRAMAS, INDICADORES, PROJETOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E PLANO DE AÇÃO EM FEVEREIRO DE 2015.

1. Indicadores

Laura Gonçalves – IPECE desejou boa tarde a todos e ressaltou que para o ano de 2015 o número total de indicadores são dezoito, sendo dez primários e oito secundários.

Laura Gonçalves – apresentou o sumário dos Indicadores Primários no 1º Semestre de 2015, conforme Quadro 1.

Quadro 1 – Metas 1º Semestre 2015 – Indicadores Primários

Metas 1ª semestre 2015 - Indicadores Primário PforR							
Área	Nº	Indicador Primário	Órgão	Responsável	Meta	Status (Fevereiro)	Valor Desembolso US\$ Milhões
Capacitação Profissional	1	Aprovação da estratégia de desenvolvimento de competências, elaboração do plano de ação e implementação de ações selecionados no âmbito do plano de ação.	SDE	(À definir) Inês Sturdat	Plano de Ação Publicado	A MATRIZ SWOT foi concluída e apresentada aos grupos que aperfeiçoaram e validaram as informações resultantes da Oficina Técnica ocorrida no dia 31 de março de 2015. O documento está em fase final de elaboração. (Fonte SIMA: 22/04/15)	\$2.744.448,00
	2	Número total de contratos em vigor com empresas privadas para contribuir equipamentos, formação no local, e contribuir para elaboração de currículos ou instrutores do curso.	SEDUC	Andrea Araújo	10	Celebração de Convênio entre a SEDUC e o SINDICATO DA INDÚSTRIA DO MOBILIÁRIO - SINDIMÓVEIS para a formação técnica qualificada nos cursos técnicos em Móveis, Mecânica e Logística. Convênio com o Júnior Achievement para implantação de 13 mini empresas e escolas profissionais. (Fonte SIMA: 07/04/15)	\$2.744.444,00
Assistência à Família	3	Porcentagem de projetos de assistência da família financiados pelo FECOP com matrizes lógicas implementadas.	SEPLAG	Lara Costa	22,5%	Visando atender a meta de 22,5%, será trabalhado um grupo de 18 projetos da STDS, dada a sua ligação direta com a área de Assistência à Família. As oficinas serão realizadas em maio, com a validação dos marcos lógicos em junho de 2015. (Fonte: SIMA em 23/04/15)	\$2.744.444,00
	4	Percentual de famílias com crianças de 0 a 5 no Cadastro Único nos municípios-alvo receber o apoio da família através CRAS.	STDS	Mary Anne Libório	-	O indicador possui meta apenas para o 2º semestre (10%). Depende da contratação de Serviço de Consultoria de empresa especializada para elaborar um Sistema de Monitoramento e o TR está na STDS para readequações após revisão da UGP. (Fonte: SIMA em 23/04/15).	-
	5	Porcentagem de equipes técnicas em CRAS recebem treinamento em apoio à família.	STDS	Mary Anne Libório	15%	O indicador depende da Contratação de Serviços de Consultoria para arte gráfica e impressão, Consultoria Individual para elaboração dos Manuais e contratação de empresa que irá realizar a capacitação, que estão em fase de assinatura de contrato (Asjur da STDS). O TR para a capacitação está em fase de elaboração. (Fonte: SIMA em 23/04/15).	\$2.744.444,00
Qualidade da Água	6	Percentual de domicílios com conexão adequada ao sistema de esgoto.	CAGECE	Carlos Rossas	84,6%	85,11% (Fonte: SIMA em 23/04/15)	\$2.744.444,00
	7	Estabelecimento de comitê multisetorial de segurança de água.	SEMA	Maria Dias	Diagnóstico de Bacias completos.	As pautas e o decreto se encontram disponíveis no site da SEMA. (Fonte: SIMA em 23/04/2015)	\$2.744.444,00
	8	Índice de qualidade da fiscalização ambiental.		Maria Dias	50%	O cálculo do Indicador ainda não foi realizado para o ano de 2015.	\$2.744.444,00
	Valor previsto a ser desembolsado em setembro 2015						
9	Implementação de monitoramento participativo da qualidade da água.	FUNCEME	Hoilton Rios	Metodologia de monitoramento definida e adotada.	Após a aprovação do Banco Mundial datada de 15/04/2015, o relatório de avaliação técnica foi encaminhado à CEL 04/PGE, em 16/04/2015. A Sessão Pública de Divulgação do Resultado da Avaliação Técnica e Abertura da Proposta Financeira será realizada no dia 27/04/2015. (Fonte: SIMA em 24/04/2015)	\$2.744.444,00	
Valor indicador com sinalização de probabilidade média de cumprimento							\$2.744.444,00
Gestão do Setor Público	10	Número de secretarias do Mutuário, utilizando o modelo para o alinhamento de incentivos com seus respectivos objetivos estratégicos.	SEPLAG	Avilton Júnior	1	Para que este indicador seja atingido, é necessário que haja a realização de algumas atividades de consultoria, a ser contratada pelo projeto de Assistência Técnica "Fortalecimento do Modelo de Gestão Pública para Resultados". Estamos aguardando o envio das propostas técnicas de quatro das seis empresas da Lista Curta. (Fonte: SIMA em 23/04/2015)	\$2.744.444,00
Valor indicador com sinalização de não cumprimento da meta							\$2.744.444,00
Total previsto no PAD das metas do segundo Semestre 2015							\$24.700.000,00

Legenda:

Probabilidade alta de atingir a meta 
 Probabilidade baixa de atingir a meta 
 Meta não será atingida 

Laura Gonçalves – IPECE informou que a Inês Studart (SDE), responsável pelo indicador “*Aprovação da estratégia de desenvolvimento de competências, elaboração do plano de ação e implementação de ações selecionadas no âmbito do plano de ação*” cadastrou no SIMA no dia 22/04/2015 a informação de que foi realizada uma oficina e nela foi consolidada a Matriz SWOT e os resultados dessa oficina vão subsidiar a elaboração do documento final. Ressaltou que a meta do primeiro semestre, ou seja, o plano de ação vai ser elaborado após a conclusão do documento final.

Laura Gonçalves – IPECE informou que Dária Morais (SEDUC), responsável pelas informações do indicador “*Número total de acordos em vigência com empresas privadas para contribuir com equipamentos, treinamento in loco e fazer recomendações para elaborar grade curricular ou instrutores do curso*” cadastrou no SIMA no dia 07/04/2015 que a SEDUC conseguiu a assinatura de dois contratos, portanto a sinalização está verde e a priori a meta foi atingida. Explicou que a linha de base desse indicador é de oito acordos firmados e a SEDUC, na prática, teria que assinar mais dois contratos. Ressaltou que foi colocada a informação da vigência, mas não está no sumário porque ficaria muito extenso, mas encontra-se no detalhamento por eixo.

Laura Gonçalves – IPECE informou que a Rosilane Ribeiro (STDS), responsável pelas informações do indicador “*Porcentagem de famílias com crianças entre 0 e 5 anos no Cadastro Único em municípios alvo que estejam recebendo apoio familiar através do CRAS*” cadastrou no SIMA no dia 23/04/2015 que o indicador está vinculado ao Projeto de Assistência Técnica e há a contratação de três consultorias. Ressaltou que a meta é para o segundo semestre

Sebastião Lopes – STDS informou que tem um assunto para tratar que não é muito bom. Explicou que houve uma reunião da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) na semana passada em Brasília com o Ministério de Desenvolvimento Social e foi informado que os recursos do Ministério estão atrasados desde setembro de 2014. O orçamento de 2015 ainda não foi aprovado, mas não está previsto nenhum recurso para o cofinanciamento dos CRAS. Ressaltou que é toda a rede de CRAS, não só do estado do Ceará, mas em todo o Brasil. Informou também que 60% desse cofinanciamento, na realidade, são para o pagamento de pessoal. Diante dessa realidade a Secretaria propôs uma reunião para discutir minuciosamente sobre essa problemática, visto que é um assunto extremamente sério que poderá comprometer o resultado dos indicadores a STDS.

Laura Gonçalves – IPECE informou que irá agendar uma reunião sobre isso.

Laura Gonçalves – IPECE informou que a Rosilane Ribeiro (STDS), responsável pelas informações do indicador “*Porcentagem de equipes técnicas no CRAS capacitadas em apoio familiar*” cadastrou no SIMA no dia 23/04/2015 que indicador depende da contratação de serviços de consultoria para arte gráfica e impressão, consultoria individual para elaboração dos manuais e contratação de empresa que irá realizar a capacitação. Estão em fase de assinatura de contrato (Asjur da STDS). O termo de referência para a capacitação está em fase de elaboração.

Lara Costa – SEPLAG informou que para o indicador “*Porcentagem de Projetos de Assistência à Família financiados pelo FECOP com matrizes lógicas implementadas*” a Secretaria fez uma pré-seleção dos projetos que vão ser trabalhados, existe um cronograma de atividades proposto e na próxima semana chega o novo coordenador. Ressaltou que os pré-projetos serão apresentados e validados pelo novo coordenador.

Laura Gonçalves – IPECE informou que os pré-projetos elencados são os primeiros da STDS.

Leorne de Sousa – SEMA explicou que a Maria Dias (SEMA) tinha outro compromisso e por essa razão não estava presente na reunião do Comitê. Informou que o indicador “*Estabelecimento de Comitê Multisetorial de Segurança Hídrica*” está em andamento com reuniões trimestrais. Informou também que o Comitê é monitorado pelo Gabinete da SEMA e a próxima reunião está na pauta do Gabinete.

Carlos Rossas – CAGECE informou que o indicador “*Percentual de domicílios com conexão adequada ao sistema de esgoto*”, conforme comentado pelo Marcelo Barbosa (Auditor) possui os dados coerentes e o resultado é obtido através dos microdados. Explicou que foi um trabalho forte feito pela CAGECE no ano passado para conseguir gerar as informações automaticamente sem ser em planilhas.

Laura Gonçalves – IPECE complementou informando que o Carlos Rossas (CAGECE) sempre que alimenta o SIMA, ele também envia a tela o sistema para ilustrar que está correto.

Nelci Gadelha – SEMA informou que o acompanhamento do indicador “*Índice de qualidade da fiscalização ambiental*” pelo SIMA não foi possível, pois como houve a mudança do CONPAM para SEMA, a SEPLAG precisou fazer a modificação no sistema.

Laura Gonçalves – IPECE questionou se o indicador não estava aparecendo.

Nelci Gadelha – SEMA informou que não, pois é SEMACE, não é CONPAM direto.

Laura Gonçalves – IPECE afirmou que o indicador é do CONPAM.

Nelci Gadelha – SEMA ressaltou que a informação vem da SEMACE.

Laura Gonçalves – IPECE informou que parte da informação é fornecida pela SEMACE.

Nelci Gadelha – SEMA explicou que parte da informação, mas a SEMACE informou que a situação continuava a mesma do mês passado, mas quando foi alimentar o sistema, a SEPLAG estava fazendo a modificação. Ressaltou que entrou em contato com Marcos Medeiros e Avilton Júnior (SEPLAG) para saber sobre essa mudança.

Laura Gonçalves – IPECE informou que o indicador da FUNCEME “*Implementação do monitoramento participativo da Qualidade da Água*” também tem vínculo com projeto de assistência técnica e a Suelde Montenegro (FUNCEME) alimentou o SIMA no dia 24/04/2015 que após a aprovação do Banco Mundial datada de 15/04/2015, o relatório de avaliação técnica foi encaminhado à CEL 04/PGE, em 16/04/2015. A Sessão Pública de Divulgação do Resultado da Avaliação Técnica e Abertura da Proposta Financeira será realizada no dia 27/04/2015.

Laura Gonçalves – IPECE informou que o indicador “*Número de secretarias Mutuário, utilizando o modelo para o alinhamento de incentivos com seus respectivos objetivos estratégicos*” da SEPLAG teve meta para 2014 e é dependente de contratação de consultoria. Explicou que está com farol vermelho justamente pelo atraso da contratação da empresa. Acrescentou que foi elaborado uma Nota Técnica e a meta de 1 secretária do primeiro semestre de 2015 seria cumprida em 2016, conforme informação do responsável pelo indicador.

Laura Gonçalves – apresentou o sumário dos Indicadores Secundários no ano de 2015, conforme o Quadro 2

Quadro 2 – Metas 2º Semestre 2015 – Indicadores Secundários

Metas 1º semestre 2015 - Indicadores Secundários							
Área	Nº	Indicador Secundário	Órgão	Responsáveis	Meta 2º Semestre	Realizado	Status (Fevereiro)
Capacitação Profissional	1	Número de técnicos com nível médio absorvidos pelo setor produtivo (público e privado) (ajustado para o ciclo econômico).	IPECE	Victor Hugo	29	-	Os dados da RAIS para 2014 ainda não foram divulgados. Foi elaborada uma NT a fim de propor uma readequação nos valores das metas levando em conta a tendência de longo prazo.
	2	Análise e melhoria dos mecanismos de governança da política de desenvolvimento do setor produtivo (incluindo Capacitação Profissional).	SEPLAG	Avilton Júnior	Plano de Ação Publicado.	-	Indicador cancelado conforme acordado com Tom Kenyon em reunião na Missão de supervisão do Banco Mundial.
Assistência a Família	3	Criação e funcionamento de Comitê Consultivo multissetorial CPDI (SEDUC, SDA, SESA, STDS, SEPLAG, IPECE).	SEPLAG	Lara Maria Silva Costa	Outras duas Resoluções Publicadas	-	O Comitê teve sua terceira reunião do ano realizada no dia 16/04/15, no qual foi revisado o Plano de Ação para o Biênio 2015/2016, validando as atividades prioritárias para 2015. Solicitou-se às secretarias o levantamento das ações por elas desenvolvidas na área da primeira infância, como subsídio à elaboração de uma estratégia de acompanhamento e monitoramento dessas ações. A próxima reunião do Comitê está marcada para o dia 28/05/15. (Fonte: SIMA em 23/04/2015)
	4	Percentual de famílias Cadastro Único nos municípios-alvo a receber apoio do CRAS com equipe treinada.	STDS	Mary Anne Libório	10%	-	O presente indicador terá início no segundo semestre de 2015 após a Capacitação dos Técnicos dos CRAS dos 36 municípios. É dependente do processo licitatório e os Termos de Referência estão em fase de elaboração. (Fonte: SIMA 23/04/2015)
Qualidade da Água	5	Apresentação de planos de segurança de água para três bacias hidrográficas estratégicas.	COGERH	Zulene Almada	Planos Preparados	-	O termo de referência para contratação do consultor individual já foi encaminhado para a UGP que já procedeu e aprovou a revisão do mesmo e encaminhou para o Banco Mundial. (Fonte: SIMA em 23/04/2015)
	6	Apresentação de nova lei de proteção de bacias hidrográficas.		Adahil Sena	Projetos de Lei apresentados	-	Foram realizadas duas reuniões de apresentação e discussão do Projeto de Lei com o Comitê das Bacia Metropolitanas(dezembro/2014 e janeiro/2015). Estão programadas reuniões para em 2015 com os Comitês da Bacia do Salgado e para a Bacia do Acaraú.
	7	Qualidade da água bruta, na região metropolitana de Fortaleza.		Disney Paulino	64.3	-	74,4 (Fonte: SIMA em 31/03/2015)
	8	Apresentação da lei de gestão de resíduos sólidos revista.	CONPAM	Marias Dias	Divulgação e Implementação	-	A SEMA através do seu departamento jurídico empreendeu várias tentativas no intuito de acelerar a análise do processo, contudo o Projeto de Lei encaminhado a PGE no dia 10/12/14 ainda encontra-se na PGE para análise. (Fonte SIMA em 23/04/15)

Legenda: ■ Probabilidade alta de atingir a meta ■ Probabilidade alta de atingir a meta ■ Probabilidade alta de atingir a meta

Laura Gonçalves – IPECE informou que o indicador “Número de técnicos com nível médio absorvidos pelo setor produtivo (público e privado) (ajustado para o ciclo econômico)” continua com o mesmo status da reunião passada. Explicou que os dados da RAIS são divulgados sempre em meados do final do ano. Ressaltou que o responsável pelo indicador elaborou uma Nota Técnica propondo um reajuste nos valores devido à mudança no ciclo econômico e será submetido ao Banco. Explicou também que a meta está com a sinalização vermelha, pois de acordo com o protocolo anterior desse indicador, a meta não vai ser cumprida.

Laura Gonçalves – IPECE informou que o indicador “Análise e melhoria dos mecanismos de governança da política de desenvolvimento do setor produtivo (incluindo Capacitação Profissional)” ainda não foi tirado da apresentação pelas razões que a Cristina Medeiros (IPECE) explicou, mas provavelmente ele não vai mais estar na próxima reunião.

Lara Costa – SEPLAG informou que o indicador “Criação e funcionamento de Comitê Consultivo multissetorial CPDI (SEDUC, SDA, SESA, STDS, SEPLAG, IPECE)” independente da formalização da indicação da Primeira Dama no Comitê, os membros atuais se reuniram no dia 16/04/2015 e foi estabelecida a priorização de atividades. O Plano que estava previsto para 2015 e 2016 foi revisado para ver o que é viável ou não desenvolver e foram verificadas algumas coisas já estão sendo feitas. Foi marcada uma reunião onde vai ser feita uma reapresentação das ações prioritárias que estão sendo desenvolvidas para a primeira infância no âmbito de cada secretaria para poder organizar o monitoramento dessas ações, fazer a definição de indicadores. Ressaltou que o trabalho é mais técnico de realização do plano. Foi

feito o planejamento e agora será realizada a execução das atividades que estão previstas no plano.

Laura Gonçalves – IPECE informou que o indicador “*Percentual de famílias Cadastro Único nos municípios-alvo a receber apoio do CRAS com equipe treinada*” também depende da contratação de uma consultoria e todos os indicadores da STDS estão bem interligados e que a meta é só para o segundo semestre.

Denilson Fidelis – COGERH informou que a contratação da consultoria individual para atender o indicador “*Apresentação de planos de segurança de água para três bacias hidrográficas estratégicas*” está bem encaminhada. Solicitou que deixasse a sinalização amarela porque enquanto não concluir a contratação do consultor individual, não se pode afirmar nada. Informou também que através de duas assistências técnicas, será feito uma compilação desse material que já está contido nos planos de bacias.

Laura Gonçalves – IPECE informou que em relação ao indicador “*Apresentação de nova lei de proteção de bacias hidrográficas*” foi conversado com o Sr. Adahil Sena (COGERH) e ele comunicou que a lei já foi apresentada em reuniões do Comitê, restando a Bacia do Acaraú. Solicitou ao Denilson Fidelis (COGERH) que acompanhasse esse indicador mais de perto com ele.

Laura Gonçalves – IPECE informou que o Walt Disney (COGERH), responsável pelo indicador “*Qualidade da água bruta, na região metropolitana de Fortaleza*” cadastrou no SIMA no dia 31/03/2015 que o índice é de 74,4 e foi anexado o relatório com o IQA-r sinalizando que no período o valor é de 4,36 (4 - criticamente degradado a poluído)

Denilson Fidelis – COGERH ressaltou que o índice proposto, o IQA, está atendendo. Informou também que esse indicador é o estudo que está sendo feito em paralelo ao IQA, que é o IQA-r um índice mais apropriado para o reservatório.

Leorne de Sousa – SEMA informou que a lei para o indicador “*Apresentação da lei de gestão de resíduos sólidos revista*” foi enviada para a PGE. Informou também que Maria Dias e o Secretário Artur Bruno (SEMA) foram na PGE e hoje, tanto essa lei como os planos regionais de resíduos, encontra-se com o Procurador Geral, Informou também que a SEMA vai colocar em consulta pública essa lei, da mesma forma colocada no ano retrasado pela internet.

Carlos Rossas – CAGECE informou que a CAGECE, CIDADES, STDS e a própria SEMA têm um grupo que está à frente também nessa questão dos resíduos sólidos e já foi disponibilizada para esse grupo a Lei que está sendo discutida antes mesmo dessa consulta pública e internamente já está sendo também avaliada pelo grupo.

Laura Gonçalves – apresentou o sumário dos Indicadores Primários no ano de 2014, conforme o Quadro 3

Quadro 3 – Indicadores Primários 2014

Tema	Nº	Nome do Indicador	Setorial	Responsável	Meta	Status
Gestão Pública	1	Número de secretarias Mutuário, utilizando o modelo para o alinhamento de incentivos com seus respectivos objetivos estratégicos	SEPLAG	Avilton Júnior	Aprovação de modelo para o alinhamento dos incentivos. Valor: US\$ 6,198	Essa meta só será alcançada em 2016, pois depende da contratação de consultoria de empresa que está em fase de Solicitação de Propostas (Envio da SDP). (Fonte: SIMA em 23/04/15).
Gestão Pública	2	Porcentagem total de investimentos públicos no âmbito do Programa preparada com metodologia aprovada	SEPLAG	Adauto Oliveira	Aprovação da metodologia Valor: US\$ 6,198	Este Indicador depende da contratação de Empresa de Consultoria para cumprir as metas propostas. O processo licitatório encontra-se na fase de agendamento da Reunião de Negociação do contrato com a empresa vencedora. (Fonte: SIMA 23/04/15).
TOTAL					US\$ 12,396	

Laura Gonçalves – IPECE informou que o indicador “Número de secretarias Mutuário, utilizando o modelo para o alinhamento de incentivos com seus respectivos objetivos estratégicos” terá sua meta cumprida em novembro de 2015.

Laura Gonçalves – IPECE informou que o indicador “Porcentagem total de investimentos públicos no âmbito do Programa preparada com metodologia aprovada” está no mesmo contexto do indicador anterior.

Adauto Oliveira – SEPLAG informou na quarta-feira, 29/04/2015, vai ter a reunião de negociação com a empresa e espera-se iniciar o trabalho no início de junho.

Laura Gonçalves – IPECE informou que terminou o acompanhamento dos indicadores e questionou se alguém gostaria de falar algo sobre os indicadores, dúvidas e colocações. Ninguém se manifestou.

2. Plano de Ação Mitigação Riscos Sócio Ambiental

Laura Gonçalves – IPECE iniciou a apresentação do Sumário do Plano de Ação de Mitigação de Riscos Sócio Ambiental do *PforR*.

Laura Gonçalves – IPECE explicou que o Plano de Ação de Mitigação de Riscos é acompanhado no *PforR*, visto que se refere aos três riscos que o Banco Mundial identificou no documento do Projeto (PAD) e para mitigar esses três riscos se tem algumas ações que as setoriais são responsáveis por realizar. Referente ao primeiro risco existe duas ações e a primeira delas é de responsabilidade da STDS, conforme Quadro 4, que envolve a SEDUC e o GabGov.

Quadro 4 – Posição do Plano de Ação SEDUC, STDS e GabGov

Plano de Ação de Mitigação de Riscos Sócio Ambiental - PforR						
Descrição da Ação	Responsável	Período	Indicador	Coordenação	Encaminhamentos	Posição em Março
1 A. Desenvolvimento de uma estratégia para inclusão de povos indígenas, quilombolas e moradores de áreas rurais remotas para o programa de assistência familiar (incluindo a busca ativa de famílias vulneráveis)	SEDUC, STDS e Gabinete do Governador	Durante o primeiro ano	Aumento do número de crianças indígenas e quilombolas atendidas em creches ou recebem atenção domiciliar (proporcional às metas gerais do projeto).	STDS - Sebastião Lopes	De acordo com o cronograma enviado pelas setoriais foi destacada atividade: "Realização de Seminário com os Gestores Municipais para sensibilização e adesão ao PforR e início da implementação". Prazo para execução: Fevereiro 2015.	A STDS informou que essa atividade permanece sem alterações e com prazo para execução da atividade até abril de 2015. Possíveis alterações serão informadas à UGP com antecedência.

Laura Gonçalves – IPECE informou que a STDS propôs um cronograma de ações e a próxima ação está prevista para o mês de abril.

Sebastião Lopes – STDS informou que esse cronograma será revisado. A STDS se reuniu com a SEDUC e aguarda-se uma nova reunião para aprofundar como vai ser a ação conjunta.

Laura Gonçalves – IPECE solicitou um retorno logo após a reunião.

Laura Gonçalves – IPECE informou que como encaminhamento foi solicitado à setorial que fosse enviado o cronograma refeito.

Laura Gonçalves – IPECE informou que a segunda ação, conforme Quadro 5, de responsabilidade da SEDUC, envolve módulos de treinamento para capacitação de professores.

Quadro 5 – Posição do Plano de Ação da SEDUC e Gabinete do Governador

Plano de Ação de Mitigação de Riscos Sócio Ambiental - PforR						
Descrição da Ação	Responsável	Período	Indicador	Coordenação	Encaminhamentos	Posição em Março
1 B. Inclusão de um módulo de treinamento específico (sobre metodologias culturalmente apropriadas de ensino) no programa de treinamento de professores dos cursos de capacitação profissional	SEDUC e Gabinete do Governador	Durante o primeiro ano	Módulo desenvolvido em colaboração com a FUNAI, Associação Quilombolas e Coordenadoria para a Igualdade Racial.	SEDUC-Betânia.	Solicitação do BM: validar este conteúdo com a FUNAI, a Coordenadoria de Igualdade Racial e as associações quilombola e indígena.	A SEDUC elaborou uma Nota Técnica contextualizando a elaboração dos módulos e propondo a validação dos mesmos pelas Comunidades. No dia 24/04 houve uma reunião com lideranças indígenas para apresentação dos módulos.

Laura Gonçalves – IPECE informou que os módulos já existem e foram discutidos com o Especialista Social do Banco Mundial Alberto Costa na reunião da Missão de Outubro 2014 e o conteúdo dos módulos foram submetidos a sua apreciação. No entanto, Alberto Costa sugeriu que esses módulos fossem validados junto a FUNAI e junto a Coordenadoria de igualdade racial e associações de quilombolas. Ressaltou que a SEDUC promoveu um evento no dia 24/04/2015, e foram apresentados os módulos de treinamento para a Comunidade Indígena e foi validado. Acredita que essa meta foi cumprida.

Laura Gonçalves – IPECE apresentou então o Sumário do Plano de Ação de Mitigação e Riscos referente ao segundo risco que envolve a SEDUC e PGE, conforme Quadro 6.

Quadro 6 – Posição do Plano de Ação da PGE e SEDUC

Plano de Ação de Mitigação de Riscos Sócio Ambiental - PforR						
Descrição da Ação	Responsável	Período	Indicador	Coordenação	Encaminhamentos	Posição em Março
2 C. Varredura fundiária inicial das áreas escolhidas para as obras de construção civil (a ser feita em coordenação com a FUNAI para assegurar que não há reivindicações de terras pendentes em relação a qualquer das áreas selecionadas).	PGE, SEDUC	Durante o primeiro ano	Relatório de varredura fundiária finalizado, lista de locais selecionados para as obras e confirmação de que não haverá impactos relacionados ao reassentamento ou a relocação de famílias (com ou sem título de propriedade).	SEDUC-Joízia Lima	A Empresa é responsável por realizar a Varredura Fundiária e a SEDUC monitora através dos contratos.	O cronograma estabelecido para a entrega do relatório é junho de 2015.
D. Exclusão das áreas em que a execução das obras civis venha a requerer o reassentamento involuntário ou a relocação de famílias (com ou sem título de propriedade)			Das 22 obras de EEEP, 16 Obras já estão com documentação do terreno, certidões dos imóveis.		A SEDUC enviou 9 Documentos de dominialidade dos terrenos destinados à construção de EEEP e 17 declarações das Prefeituras de que as obras não causarão impacto social negativo.	

Laura Gonçalves – IPECE informou que a UGP recebeu na semana passada um documento da SEDUC constando nove documentos de dominialidade dos terrenos destinados à construção de Escolas Profissionalizantes e 17 declarações das Prefeituras de que as obras não causarão impacto social negativo. Reforçou que faltam alguns documentos, mas ainda estão no prazo com relação à atividade da ação do item C. Ressaltou que o prazo era até junho, mas pediram prorrogação para o envio de relatório.

Laura Gonçalves – IPECE apresentou o Sumário do Plano de Ação de Mitigação e Riscos referente ao terceiro risco que envolve a COGERH, CONPAM e SRH, conforme Quadro 7.

Quadro 7 – Posição do Plano de Ação da COGERH, CONPAM e SRH

Plano de Ação de Mitigação de Riscos Sócio Ambiental - PforR						
Descrição da Ação	Responsável	Período	Indicador	Coordenação	Encaminhamentos	Posição em Fevereiro
3 E. Desenvolvimento de um marco de compensação para residências afetadas negativamente por alterações nos padrões de uso da terra como consequência dos planos de gestão da água	COGERH, CONPAM, SRH (em consulta junto à FUNAI)	Até o fim do segundo ano	Os planos de segurança hídrica para as três microbacias estratégicas incluem medidas adequadas para lidar com os impactos de possíveis restrições adicionais no uso de recursos naturais (definidas em consulta junto às comunidades afetadas – inclusive os povos indígenas). Documentar de maneira efetiva o apoio da comunidade indígena à sua elaboração.	COGERH – Adahil Sena	O TR para contratação de consultoria que irá elaborar o Plano de Segurança Hídrica foi realizado e enviado ao BM em 22/12/14.	O TR do Plano foi revisado pelo Banco Mundial e encaminhado à COGERH para correção.

Laura Gonçalves – IPECE informou que a ação é garantir que no termo de referência esteja clara a participação das comunidades indígenas e quilombolas e o Sr. Adahil Sena (COGERH) elaborou o termo de referência na qual foi inserida uma cláusula falando exatamente sobre isso. Informou também que a posição é que o termo foi revisado pelo Banco Mundial e encaminhado para COGERH para correção. Solicitou ao Denilson Fidelis (COGERH) para ver com a Zulene Almada (COGERH) para dar continuidade a esse ponto.

Laura Gonçalves – IPECE ficou de agendar uma reunião sobre isso.

Laura Gonçalves – IPECE informou que a última ação é de responsabilidade da SEMA e trata sobre o Plano de Comunicação, conforme apresentado no Quadro 8.

Quadro 8 – Posição do Plano de Ação da SEMA, SEMACE, COGERH e CAGECE

Plano de Ação de Mitigação de Riscos Sócio Ambiental - PforR						
Descrição da Ação	Responsável	Período	Indicador	Coordenação	Encaminhamentos	Posição em Fevereiro
3 F. Elaborar e estabelecer uma ampla campanha de comunicação sobre a qualidade da água	CONPAM, SEMACE, COGERH, CAGECE	Até o fim do segundo ano	Campanha de comunicação estabelecida e sob execução.	CONPAM-Maria Dias	O Conpam e a Cagece estão em articulação com a Casa Civil para a elaboração do Plano de Comunicação.	Houve uma reunião no dia 16/04 e ficou acordado que a Casa Civil enviaria à UGP o Processo Licitatório das empresas contratadas pelo órgão para análise da UGP e do Banco Mundial.

Laura Gonçalves – IPECE informou que houve uma reunião na Casa Civil e esta ficou de enviar um termo de referência das empresas que elaboram as campanhas publicitárias para a

UGP analisar e mostrar também ao Banco. A reunião contou com a participação da Daniela Navarro (Casa Civil), UGP, SEMA e outras setoriais.

3. Sumário da Posição da execução Orçamentária dos Programas do Escopo do PforR de 2015

Heloísa Cunha – IPECE apresentou o Quadro 9 informando sobre as metas e a execução dos Programas do PforR no ano de 2015.

Quadro 9 – Programas do PforR

Acompanhamento dos Programas do PPA Incluídos no Escopo do PforR Ceará - Março 2015												
Programa	Setorial	Iniciativa	Previsão 2014-2017 (R\$ milhões)	LOA 2015 (A)	Executado 2014	Previsão Março (B)	Executado 31/03/15 (R\$ milhões)			Farol (C)/(B)%		
							Valor Executado (C)	Executado /LOA (C)/(A)%	Executado/ Previsão Março (C)/(B)%			
Capacitação Profissional												
1	014 - Ensino Médio Articulado à Educação Profissional	SEDUC	1	00328	396,43	161,48	118,98	29,36	18,69	11,6%	63,7%	
			2	00771	195,54	16,51	63,06	3,00	0,52	3,2%	17,4%	
			3	00834	159,39	15,20	28,22	2,76	1,23	8,1%	44,5%	
Assistência à Família												
2	050 - Assistência Social	STDS	4	03180	33,69	7,87	7,21	1,43	0,00	0,0%	0,0%	
Qualidade da Água												
3	041 - Gestão dos Recursos Hídricos	COGERH	5	05310 ¹	0,14	0,14	0,00	0,03	0,00	0,0%	0,0%	
			6	05311 ¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,0%	
			7	05273	13,03	0,50	0,46	0,09	0,00	0,0%	0,0%	
4	032 - Saneamento Ambiental	CIDADES/ CAGECE	8	5384	15,83	5,00	0,00	0,91	0,00	0,0%	0,0%	
5	082 - Gestão da Qualidade dos Recursos Naturais e Ambientais	SEMA	9	03104	15,13	2,04	0,00	0,37	0,00	0,0%	0,0%	
			10	04815	1,82	0,42	0,50	0,08	0,00	0,0%	0,0%	
			11	02466 ²	1,32	0,42	0,00	0,08	0,00	0,0%	0,0%	
			12	05170	24,81	9,76	1,97	1,77	0,00	0,0%	0,0%	
			13	05155 ²	0,55	0,15	0,00	0,03	0,00	0,0%	0,0%	
6	079 - Monitoramento Hidroambiental do Estado do Ceará	FUNCEME	14	02846 ³	18,01	3,13	1,80	0,57	0,16	5,0%	27,4%	
			15	02847	0,09	0,09	0,00	0,09	0,00	0,0%	0,0%	
Total			15		875,79	222,71	222,19	40,57	20,60	9,25%	50,78%	

Valor Total Previsto do Projeto até Mar/15	262,76
Percentual = Valor Previsto/Valor Total do Projeto	30,0%
Valor Total Executado do Projeto até Mar/15	242,79
Percentual = Valor Executado/Valor Total do Projeto	27,7%

Heloísa Cunha – IPECE apresentou a execução até março e pelo apresentado, algumas setoriais estão com farol verde, mesmo não tendo executado, como ocorre com a SEMACE, FUNCEME e SEDUC. Explicou que a SEMACE, nas iniciativas 04815, 02466, 05170 e 05155, possui um período de execução quadrimestral. Ressaltou que a execução dos programas é contabilizada no período de onze meses, ou seja, de fevereiro a dezembro. Explicou também que a SEMACE, por ter sua execução quadrimestral, vai ficar com a sinalização verde até final do mês de maio. Se fim de maio ela não cumprir a meta quadrimestral, então o seu farol será alterado, pois não conseguiram executar a meta proposta.

Heloísa Cunha – IPECE informou que o mesmo ocorre com a FUNCEME na iniciativa 02846, ou seja, o período de execução é quadrimestral. Já a iniciativa 02847 possui a periodicidade anual e tem até o dia 31/12/2015 para cumprir essa meta. Por fim informou que a SEDUC na iniciativa 00834 também possui o período de execução quadrimestral.

Heloísa Cunha – IPECE informou que o valor executado ficou abaixo da previsão, quase vinte milhões abaixo da execução.

Heloísa Cunha – IPECE passou a palavra para o Denilson Fidelis (COGERH) e questionou se já tem uma nova proposta das iniciativas.

Denilson Fidelis – COGERH informou que conversou com a Karine Machado (SRH) e foram identificadas outras iniciativas que substituirão as iniciativas 05310 e a 05311 que são muito específicas ao Plano de Segurança Hídrica. Informou também que aguarda um posicionamento da Karine Machado (SRH) em relação à questão de recursos para essas iniciativas. Ressaltou que na próxima semana já deve ter uma proposta para substituir definitivamente.

Heloísa Cunha – IPECE questionou a CIDADES para saber se já tem uma posição sobre o andamento da execução, se já foi apresentada a licitação.

Carlos Rossas – CAGECE informou que se reuniu com a PGE a respeito de transferir a licitação que já tinha sido feita pela CAGECE para CIDADES. Foi verificado que existe essa possibilidade de se fazer uma sub-rogação no contrato e atualmente está no jurídico da CAGECE para preparar essa formalização e depois enviar para CIDADES. Isso para os dois lotes que foram concluídos e os outros dois que deram desertos, já foram passados os arquivos para a CIDADES com todo o material e a Secretaria vai simplesmente atualizar os preços e relançar a licitação.

Heloísa Cunha – IPECE apresentou no Quadro 10 o Sumário dos Programas para mostrar o que foi executado em 2014, o valor total da LOA de 2015 e as previsões de 2016 e 2017.

Quadro 10 – Sumário dos Programas

Setorial	Programa	Executado	LOA	Previsão Setoriais		Total
		2014	2015	2016	2017	
SEDUC	014 - ENSINO MÉDIO ARTICULADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	210,26	193,19	170,13	177,79	751,36
STDS	050 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	7,21	7,87	9,08	9,54	33,70
SRH/ COGERH	041 - GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS	0,46	0,64	12,07	0,00	13,17
CIDADES/ CAGECE	032 - SANEAMENTO AMBIENTAL	0,00	5,00	5,90	4,93	15,83
CONPAM/ SEMACE	082 - GESTÃO DA QUALIDADE DOS RECURSOS NATURAIS E AMBIENTAIS	2,47	12,79	13,90	14,48	43,64
FUNCEME	079 - MONITORAMENTO HIDROAMBIENTAL DO ESTADO DO CEARÁ	1,79	3,22	6,40	6,69	18,10
TOTAL		222,19	222,71	217,48	213,43	875,79

Heloísa Cunha – IPECE informou que seria a sua última reunião no Comitê e se despediu, pois está saindo da UGP e apresentou a sua substituta Thâmara Aragão. Agradeceu o acolhimento

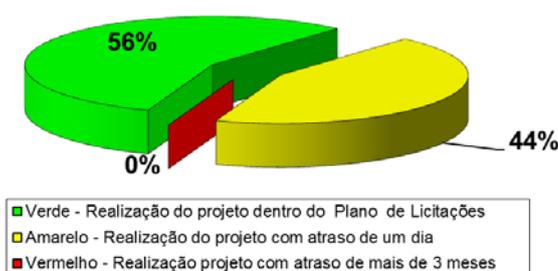
e a ajuda de todas as setoriais no seu trabalho. Informou que está saindo para dar continuidade a um projeto que eu já possuía que é o seu escritório de contabilidade.

4. Projetos de Assistência Técnica

Viviane Costa – IPECE informou que no dia 03/04/2015 a UGP encaminhou o Plano de Licitação para a aprovação do Banco Mundial com os 89 subprojetos dentro dos 51 projetos principais e aguarda-se não objeção do mesmo.

Viviane Costa – IPECE passou a apresentar a posição de 23/04/2015 dos Projetos de Assistência Técnica, explicando que estava previsto 51 projetos, mas durante a Missão um projeto de assistência técnica, após reunião com a equipe a SEPLAG, foi retirado do monitoramento, tendo em vista a não objeção do Banco Mundial. Dos 50 projetos, 28 estão com a execução dentro do previsto conforme o Plano de Licitação e 22 estão com atraso de um dia a oitenta e nove dias de atraso, conforme apresentado no Gráfico 1 e Quadro 11.

Gráfico 1 - Acompanhamento da Sinalização da Execução do Plano de Licitação dos Projetos



Quadro 11 - Acompanhamento da Sinalização da Execução do Plano de Licitação dos Projetos

Sinalização	Setorial com o número do Projeto ²
Realização do projeto dentro do Plano de Licitações	28 PROJETOS (56%): CGE (3,6,7), SEMA (11,12,13), IPECE (15,16,18,19), PGE (21), SECITECE (22,23,24,25,26), SEDUC (28,29,30,31,32,33,34), SEPLAG (37,38,39,43 ¹ ,44), TCE (51)
Realização do projeto com atraso de um dia	22 PROJETOS (44%): ARCE (1),SDE (2), CGE (4,5), SEMA (8,9,10), FUNCEME (14), IPECE (17,20), SECITECE (27), SEDUC(35), SEMACE(36), SEPLAG (40,41,42,45), SRH(46,47,48,49), STDS(50)
Realização projeto com a traso de mais de 3 meses	0 PROJETO:

Viviane Costa – IPECE informou que em relação aos 50 projetos principais previstos, os 89 subprojetos passaram a ser 88, em virtude da saída da assistência técnica da SEPLAG. Em relação aos estágios dos processos licitatórios desses 88 Subprojetos de Assistência Técnica (posição de 23/04/2015), 37 não iniciaram e 51 estão em andamento, sendo que, 24 estão em atividades preparatórias, 18 estão no processo de licitação e 09 estão em execução, conforme apresentado no Gráfico 2 e Quadro 12.

² O número em parênteses se refere ao número do projeto na lista dos Projetos de Assistência Técnica no site do IPECE no link: http://www2.ipece.ce.gov.br/pforr/assistencia/Lista_dos_projetos_de_AT_rev_010415_por_Setorial.pdf

Gráfico 2 - Estágio dos Processos Licitatórios



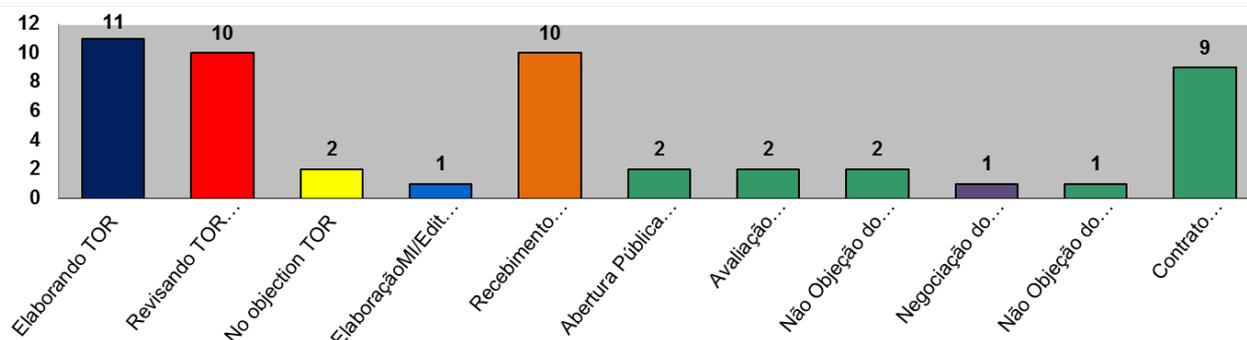
Quadro 12 - Estágio dos Processos Licitatórios

Sinalização		Setorial com o número do Projeto ³
■	Não iniciado conforme Plano de Licitação 37 Subprojetos	CGE (6,7), IPECE(22,23,24,28,29,30), SECITECE(32,33,34,35,36), SEDUC(39,40,41,42,43,44,45,54,55,56,57), SEMACE(58), SEPLAG(60,61,62,63,64,68,69,70,71,73,75,76 ¹), SRH(81)
■	Em Andamento 51 Subprojetos	Atividades Preparatórias 24 CGE(4,5), SEMA(11,12,14,15,16,17,18), IPECE(26,27), PGE(31), SEDUC(38,49,51,52,53), SEPLAG(66,77),SRH(79,82),STDS(85,86), TCE(87)
■		Em Licitação 18 ARCE(1), CGE (8,9), SDE(2), SEMA(10,13), FUNCEME(19), IPECE(25), SECITECE(37), SEDUC(50),SEMACE(59), SEPLAG(65,67,72,74,78), SRH(80), TCE(88)
■		Em Execução 09 CGE(3), IPECE(20,21), SEDUC(46,47,48), STDS(83,84), TCE(89)

Viviane Costa – IPECE informou que dos 51 subprojetos em andamento, tem-se que nas atividades preparatórias: 11 estão Elaborando o Termo de Referência, 10 estão revisando os Termos após envio ao Banco, 2 estão aguardando não objeção do Banco Mundial. Na fase de Licitação, 1 estão na fase de Elaboração e publicação MI/Edital, 10 estão na fase de recebimento portfólios, CV, Preparação Lista Curta e SDP, 2 estão na Abertura Pública das Propostas, 2 estão na fase Avaliação das Propostas / Avaliação dos Currículos, 2 estão aguardando Não Objeção do BM ao contrato rubricado / Julgamento de propostas, 1 está na fase de negociação do contrato e 1 está na Não Objeção do BM ao contrato rubricado / Julgamento de propostas.

Viviane Costa – IPECE finalizou informando que na fase de Execução temos 9 contratos assinados. As referências encontram-se no Gráfico 3 e Quadro 13.

Gráfico 3 - Projetos em Andamento



³ O número em parênteses se refere ao número do subprojeto na lista dos Projetos de Assistência Técnica no site do IPECE no link: http://www2.ipece.ce.gov.br/pforr/assistencia/Lista_dos_projetos_de_AT_rev_010415_por_Setorial.pdf

Quadro 13 - Projetos em Andamento

Etapas		Setoriais
11	Elaborando TOR	CGE(4,5), SEDUC(49,51,52,53),SEPLAG(66,77), SRH(79), STDS(85,86)
10	Revisando TOR após envio ao BM	SEMA(11,12,14,15,16,17,18), , IPECE(26,27), SEDUC (38)
2	Não Objeção do TOR	PGE(31), SRH (82)
1	Elaboração MI/Edital/ Publicação	TCE(87)
10	Recebimento portfólios / Currículos, Preparação Lista Curta e SDP	CGE (8,9), SDE(2), SEMA(10,13), IPECE(25),SEDUC (50),SEMACE(59), SEPLAG(65,78)
2	Abertura Pública das Propostas	FUNCEME(19), SEPLAG(74)
2	Avaliação Propostas / Currículos	SECITECE(37), SEPLAG (72)
2	Não Objeção do BM à Avaliação Técnica	ARCE(1), SRH(80)
1	Negociação do contrato	SEPLAG (67)
1	Não Objeção do BM ao contrato rubricado / Julgamento de propostas.	TCE(88)
9	Contrato assinado/ Prestando Serviço	CGE(3), IPECE(20,21), SEDUC(46,47,48), STDS(83,84), TCE(89)

5. Principais pontos de atenção nos Processos de Licitação

Giuseppe Nogueira – IPECE selecionou alguns pontos que têm sido comuns dentro do desenvolvimento dos Projetos de Assistência Técnica para enfatizar:

Acordos e Pendências discutidos com Banco Mundial e Setoriais durante a Missão (06-10 abril)

Giuseppe Nogueira – IPECE informou que houve discussões com as equipes durante a Missão, com a presença do Banco Mundial. Quem participou das reuniões pode observar que o Especialista Danilo Carvalho anotava todos os acordos comprometidos. Ressaltou que é importante que procuremos cumprir com esses prazos para que na próxima Missão ninguém seja cobrado por alguma pendência.

Análise e aprovação da COETI/SEPLAG para os projetos de T.I (Consultoria e Aquisições de equipamentos)

Giuseppe Nogueira – IPECE informou que, pelo menos, oito setoriais vão contratar projetos de desenvolvimento de sistemas de TI e uma setorial vai incluir a aquisição de equipamentos. Chamou a atenção para que esses termos de referências ou projetos passem também pela anuência da COETI/SEPLAG porque é uma norma interna do governo que deve ser cumprida.

ISS - Imposto Sobre Serviços (Consultoria Pessoa Jurídica e Pessoa Física)

Giuseppe Nogueira – IPECE chamou a atenção para aqueles que participaram da *webnar* com o Danilo Carvalho (Banco Mundial) no dia 20/04/2015, sobre a reunião de negociação, pois foi dada uma informação sobre o ISS de forma equivocada. Ressaltou que fora enviado um e-mail para corrigir a informação sobre o ISS. No calor da discussão o Danilo Carvalho (Banco Mundial) comentou que seria incluso no cálculo do consultor individual o ISS, mas não é e isso foi corrigido no e-mail, enviado no dia 22/04/2015. Explicou que o ISS só é aplicado no caso de consultoria de pessoa jurídica. No caso de consultor individual o ISS é de responsabilidade do próprio consultor, não existindo nenhum reembolso ou pagamento de ISS.

Envios de documentos

Giuseppe Nogueira – IPECE chamou a atenção, pois muitas vezes os documentos têm chegado somente para o seu e-mail e a Cristina Medeiros (IPECE) não tem sido copiada e nem a Viviane Costa (IPECE) que é a responsável pelo monitoramento. Então com o objetivo de que as informações sejam difundidas dentro da equipe, solicitou que passem para a equipe que toda a comunicação deverá ser copiada a UGP através do e-mail ugp.pferr@ipece.ce.gov.br.

Pulverização dos Projetos de Assistência Técnica

Giuseppe Nogueira – IPECE informou que a Cristina Medeiros (IPECE) já explicou no começo da reunião e isso vai ser tratado melhor com cada área.

V. APROVAÇÃO DA ATA DA 14ª REUNIÃO (26/03/2015)

Cristina Medeiros – IPECE pediu desculpas, pois o envio da Ata foi um pouco em cima da Reunião do Comitê e explicou que a razão do atraso é que a UGP estava muito envolvida com a Missão do Banco Mundial. Questionou dois pontos: O primeiro se o Comitê precisaria de mais tempo para ler e aprovar e o segundo se a Ata poderia ser aprovada.

Hoilton Rios – FUNCEME pediu somente para revisar alguns erros de ortografia antes da sua publicação.

Cristina Medeiros – IPECE informou que a UGP irá fazer a revisão.

Cristina Medeiros – IPECE perguntou se alguém seria contra a aprovação da Ata.

Ninguém se manifestou e a ata foi aprovada.

VI. ENCAMINHAMENTOS

Dária Morais – SEDUC informou que a Marta Emília (SEDUC) conversou com a Fabiana Silva (IPECE) sobre os restos a pagar e a coordenação ficou de trazer o relatório no dia da reunião e solicitou que fizesse esse ajuste porque o valor executado é superior ao que foi apresentado. Ressaltou que em contato com o financeiro da SEDUC, o valor chegaria a dezenove milhões.

Cristina Medeiros – IPECE indagou que quase se bate a meta. Perguntou se seria possível a SEDUC entrar em contato, ainda hoje, com o Luiz Edivan (SEPLAG).

Dária Morais – SEDUC pediu para que essa visita fosse realizada na terça-feira, dia 28/04/2015.

Cristina Medeiros – IPECE aceitou e solicitou que entrasse em contato com a Heloísa Cunha (IPECE) que será responsável pela intermediação.

Cristina Medeiros – informou que anotou alguns pontos em relação a alguns indicadores ficou de entrar em contato para agendar reuniões, principalmente com a SEMA. E que ficaria os seguintes encaminhamentos:

1. UGP agendar uma reunião com a STDS para discutir sobre os Indicadores;
2. STDS enviar para a UGP o cronograma do Plano de Ação de Mitigação revisado;

3. UGP agendar uma reunião com a COGERH para discutir o andamento do Plano de Mitigação de responsabilidade da COGERH.

VII. ENCERRAMENTO

Cristina Medeiros – IPECE informou que para a Reunião do Comitê é apresentado um sumário, mas que todas as informações estão discriminadas na apresentação no detalhamento por eixo e são atualizados todos os meses.

Cristina Medeiros – IPECE encerrou a reunião agradecendo a participação dos presentes e pedindo uma salva de palmas para todos.

VIII. ANEXOS

Anexo 1 - Gráfico - Sumário de Acompanhamento das Participações Mensais

Anexo 1

Gráfico da Participação por Setorial nas Reuniões do Comitê PforR de Fevereiro/2014 a Abril/2015

